



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Licitações e Contratos

**PREGÃO ELETRÔNICO n. 08/2026**

**Objeto:** *Contratação de serviços comuns de engenharia em regime de execução misto para manutenção, adequações, adaptações e instalações prediais: 8 (oito) grupos distintos, sendo 1 (um) para cada região, nos termos do Edital e seus anexos.*

**Recorrente:** *J. C. M. S. Rabelo - LTDA*

## **1. RELATÓRIO**

*J. C. M. S. Rabelo – LTDA*, CNPJ nº 15.226.051/0001-06, inconformada com a aceitação da proposta da empresa *LSB Construções, Conservação e Limpeza LTDA*, CNPJ nº 24.094.174/0001-29, vencedora do Grupo 4 do Pregão Eletrônico nº 08/2026, manifestou interesse em recorrer e apresentou razões recursais, conforme doc.132.

Contrarrazões apresentadas pela habilitada, *LSB Construções, Conservação e Limpeza LTDA* (doc.133).

É o relatório.

## **2. ADMISSIBILIDADE**

### **2.1. Tempestividade**

O art. 165, inciso I, alínea “c”, da Lei 14.133/2021 determina o cabimento de recurso administrativo, no prazo de 3 dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, contra ato da Administração decorrente de habilitação ou inabilitação do licitante.

As razões recursais foram tempestivamente apresentadas pela empresa *J. C. M. S. Rabelo – LTDA* em 03/05/2026.

Contrarrazões da licitante habilitada em 11/05/2026, também dentro do prazo legal.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Licitações e Contratos

**2.2. Legitimidade e Interesse de agir**

A recorrente participou da licitação e, por isso, encontra-se investida de legitimidade e interesse recursal, razão pela qual o recurso merece conhecimento.

**3. MÉRITO**

**3.1. Da Habilitação da Empresa Declarada Vencedora**

A recorrente, *J. C. M. S. Rabelo – LTDA*, pugna pela inabilitação de *LSB Construções, Conservação e Limpeza LTDA* arguindo que não restou comprovada a viabilidade da proposta vencedora, inferior a 75% do valor orçado pela Administração, nos moldes exigidos pelo art. 59, §4º da Lei 14.133/2021. Aduz, ainda, a insuficiência probatória da declaração unilateral de exequibilidade cuja demonstração requer a apresentação de notas fiscais, de contratos com fornecedores e de planilha detalhada de custos, indicativa de lucro a despeito do desconto ofertado, tudo sob pena de risco à futura execução contratual.

A recorrida, por sua vez, defende a exequibilidade da proposta, comprovada por *“um robusto conjunto documental, composto pela Planilha de Formação de Preços detalhada e pelas Composições de BDI segregadas para serviços (30,31%) e materiais (16,86%), demonstrando que cada item de custo foi calculado com estrita observância às tabelas de referência oficiais, como SINAPI, SETOP e SUDECAP”*.

Instada a se manifestar, a Secretaria de Gestão Predial, unidade demandante, ratificou a viabilidade técnica e operacional da proposta vencedora nos termos a seguir transcritos:

**1- DA INEXEQUIBILIDADE OBJETIVA**

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o patamar de 75% configura presunção relativa de inexecuibilidade, e não critério absoluto de desclassificação. Nessas hipóteses, impõe-se à Administração a realização de diligência para verificação concreta da viabilidade da proposta, **o que foi rigorosamente observado no presente caso.**

**2- DA INSUFICIÊNCIA DA "DECLARAÇÃO" COMO MEIO DE PROVA**

A recorrente alega que a licitante teria apresentado mera declaração unilateral, o que não corresponde à realidade dos autos. A comprovação da exequibilidade não se limitou à declaração formal. Foram apresentados, de forma conjunta e complementar:



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

### Secretaria de Licitações e Contratos

**2.1- Composições analíticas de custos**, baseadas no SINAPI, contemplando mão de obra e encargos complementares.

**2.2- Memorial descritivo**, com detalhamento da estrutura operacional, logística e critérios de formação de preços, bem como assegurando o integral cumprimento de todas as obrigações legais, trabalhistas e previdenciárias, sob sua responsabilidade.

**2.3- Declaração formal**, com assunção de responsabilidade quanto ao cumprimento integral das obrigações legais e execução contratual.

Conforme registrado na manifestação técnica:

- os custos de mão de obra estão compatíveis com os referenciais oficiais;
- os encargos legais e complementares foram devidamente considerados, sob sua responsabilidade.

Ademais, por se tratar de contratação sob demanda, não se mostra adequada a exigência de apresentação prévia de notas fiscais de materiais em estoque ou de cotações formais de fornecedores para insumos ainda indeterminados. Tais insumos somente serão definidos ao longo da execução contratual, de forma parcelada e conforme as demandas específicas da Administração.

Trata-se de contrato de manutenção predial e de serviços comuns de engenharia, cuja natureza envolve ampla variabilidade de intervenções ao longo de sua vigência (5 anos), não sendo possível, nesta fase, antever de maneira exaustiva os insumos que serão efetivamente utilizados, tampouco identificar previamente fornecedores para cada eventualidade.

Nesse contexto, a única parcela passível de análise objetiva e imediata refere-se à mão de obra estruturante do serviço de MGCO, a qual, inclusive, foi devidamente objeto de diligência por esta Secretaria, com comprovação satisfatória de sua composição de custos e encargos.

### 3- DO DEVER DE DILIGÊNCIA E RISCO À ADMINISTRAÇÃO

#### **3.1- Da diligência**

A recorrente sustenta que não houve diligência adequada.  
**Tal alegação não procede.**

A Administração:



## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

### **Secretaria de Licitações e Contratos**

- identificou o potencial risco (desconto relevante);
- instaurou diligência formal com exigência de comprovação detalhada;
- analisou tecnicamente a documentação apresentada;
- proferiu decisão fundamentada com base em critérios objetivos.

Ou seja, houve ampla e adequada instrução do processo, em estrita observância ao art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

#### **3.2- Do risco à Administração**

A alegação de risco contratual é genérica e não se sustenta diante dos elementos concretos dos autos.

Ao contrário, a análise técnica concluiu que:

- a proposta contempla os custos mínimos necessários;
- a estrutura da empresa é compatível com a execução;
- há compromisso formal com o cumprimento das obrigações legais.

Eventuais riscos inerentes à execução contratual são mitigados pelos instrumentos previstos em contrato e pela fiscalização administrativa, não sendo fundamento suficiente para desclassificação.

#### **3.3- Da viabilidade econômica e operacional**

A licitante demonstrou que o desconto ofertado decorre de condições reais de sua operação, especialmente:

- utilização de frota própria, reduzindo custos de mobilização;
- otimização de despesas com locação de veículos;
- existência de rede previamente cadastrada de hospedagem, reduzindo custos operacionais;
- estrutura logística já estabelecida, permitindo maior eficiência na execução contratual.

Tais fatores foram expressamente reconhecidos na análise técnica como suficientes para sustentar a viabilidade da proposta. Dessa forma, o desconto ofertado não decorre de supressão indevida de custos, mas sim de ganhos de eficiência, admitidos no regime competitivo das licitações públicas.

#### **4- DA DESNECESSIDADE DE NOVA DILIGÊNCIA**

A realização de nova diligência somente se justificaria diante de dúvida relevante ou insuficiência probatória, o que não se verifica.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Licitações e Contratos

Já em sua proposta original, a licitante apresentou as planilhas de composição de BDI solicitadas para serviços e materiais, adotando os referenciais apontados pelo TRT, razão pela qual se mostra desnecessária nova apresentação desses documentos.

A documentação apresentada foi considerada completa e suficiente pela área técnica, não havendo obrigação legal de comprovação exaustiva de cada insumo ou apresentação de:

- notas fiscais de insumos;
- contratos com fornecedores.

5- CONCLUSÃO

Diante da documentação apresentada e dos esclarecimentos prestados, verifica-se que:

- a presunção de inexequibilidade foi devidamente afastada mediante diligência;
- a licitante apresentou documentação técnica suficiente;
- a viabilidade econômico-operacional foi comprovada;
- o recurso não trouxe elementos concretos capazes de infirmar a análise técnica realizada.

**Portanto, sugerimos que se mantenha a decisão que aceitou e habilitou a proposta da empresa LSB Construções, Conservação e Limpeza Ltda.**

Coaduno dos fundamentos expostos pela área demandante, os quais adoto integralmente como razões de decidir para manter a habilitação da empresa *LSB Construções, Conservação e Limpeza LTDA*, vencedora do Grupo 4 do Pregão Eletrônico nº 08/2026.

#### **4. DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA**

O Grupo 4 da licitação teve a proposta aceita conforme abaixo:

<b>GRUPO 4</b>
LSB Construções, Conservação e Limpeza Ltda – CNPJ 24.094.174/0001-29
Valor estimado: R\$ 6.022.759,99
Valor da proposta vencedora: R\$ 4.511.047,23 (25,10% de desconto)

A proposta apresentada pela empresa apontada no quadro acima está conforme quanto ao preço e demais condições. A licitante está devidamente habilitada.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Licitações e Contratos

Os relatórios emitidos pelo sistema *compras.gov* se encontram anexados aos autos, assim como a proposta apresentada pela vencedora e respectivos documentos de habilitação, acompanhados dos pareceres técnicos da unidade demandante.

**5. CONCLUSÃO**

Pelo exposto, **CONHEÇO** do recurso da *J. C. M. S. Rabelo – LTDA* e, no mérito, proponho, *s.m.j*, a improcedência do apelo, mantida a aceitação da proposta e a decisão que habilitou a empresa *LSB Construções, Conservação e Limpeza LTDA*.

Submeto os autos deste procedimento licitatório à apreciação da autoridade superior, para análise e avaliação; e, caso mantida a presente decisão, requer-se a adjudicação do objeto e a homologação do certame.

Belo Horizonte, 14 de maio de 2026.

Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça  
Pregoeira